

O CENTRO de Estudos Sociais (CES), criado em 1978 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, é uma instituição científica vocacionada para a investigação na área das ciências sociais. Dirigido desde a sua fundação por Boaventura de Sousa Santos, o CES conta hoje com 95 investigadores, 25 investigadores associados e 28 investigadores juniores. Entre o seu corpo de investigadores encontram-se sociólogos, economistas, juristas, antropólogos, historiadores, especialistas das áreas da educação, da literatura, da cultura e das relações internacionais, geógrafos, arquitectos, engenheiros, biólogos e médicos. Em Fevereiro de 2002, foi concedido ao CES o estatuto de Laboratório Associado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

A celebrar três décadas, num programa que irá encerrar em 2010 com um congresso internacional, o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra marcou definitivamente a forma como se pensa e faz ciência social em Portugal. Boaventura de Sousa Santos, seu fundador e director, traçou, em entrevista ao DIÁRIO AS BEIRAS, o rumo do centro de investigação que é laboratório associado do Ministério da Ciência.

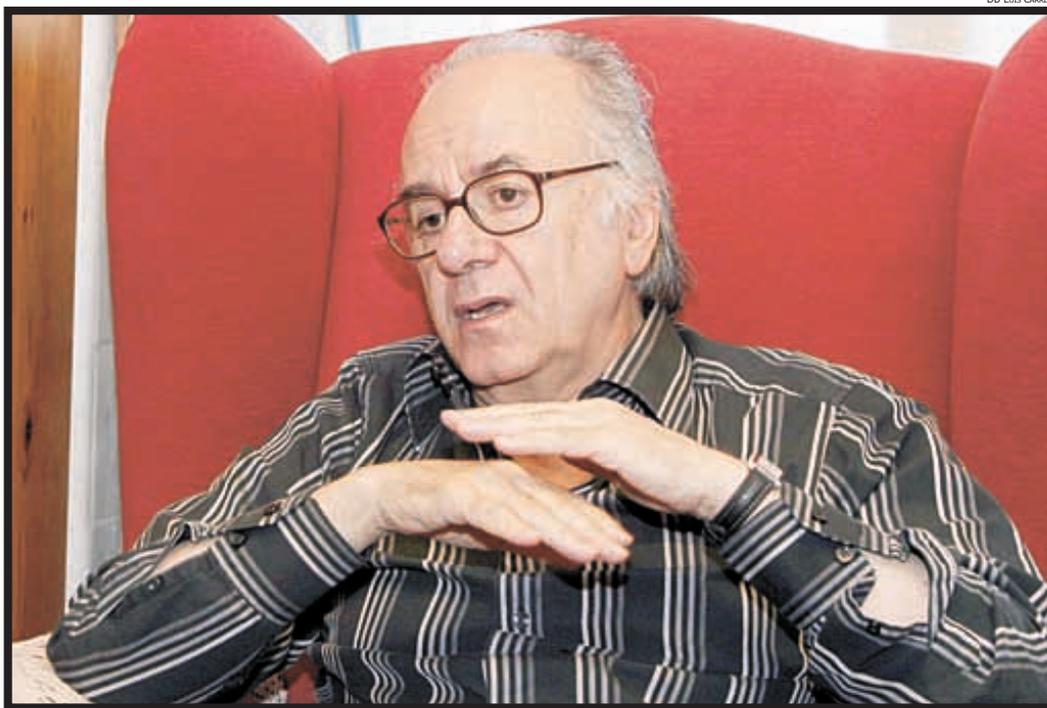
O CES antecipou a Sociologia em Portugal

DB-LUIS CARREGA

Entrevista de Lídia Pereira

DIÁRIO AS BEIRAS – Os 30 anos que o CES está a comemorar marcam também, em grande medida, a afirmação da Sociologia em Portugal. É assim?

Boaventura de Sousa Santos – É. Exactamente. O CES é contemporâneo do nascimento da Sociologia em Portugal e, de alguma forma, antecipou-a. Eu próprio sou o sócio n.º 3 da Associação Portuguesa de Sociologia, estive na sua fundação. Antes do 25 de Abril [de 1974] nós não tínhamos cursos formais de Sociologia. E, de facto, levámos algum tempo até criar a nossa própria licenciatura em Sociologia na Faculdade de Economia [da Universidade de Coimbra]. Antes disso, 10 anos antes – nós comemoramos agora mesmo os 20 anos da licenciatura em Sociologia –, com muito cuidado, procurámos ter um corpo de investigadores, gente formada, para assegurar a qualidade da licenciatura. O CES começou com um núcleo de professores da Faculdade de Economia, da área da Sociologia, que logo se alargou aos colegas da Faculdade de Letras e que, entretanto, se foi expandindo a outras faculdades, nomeadamente com o núcleo Arquitectura e Urbanismo. O que aconteceu foi, portanto, um alargamento progressivo ao longo destes anos. Logo, de alguma maneira nós acompanhámos o pulsar da sociedade portuguesa ao longo destes anos de grande transformação. E o que talvez seja interessante ressaltar é o que foi interessante na constituição do CES foi o facto de, precisamente porque não havia Sociologia em Portugal, todos os que estavam interessados nesta área tiveram de rumar ao estrangeiro durante os anos 60. Foi o meu caso e quando regresssei a Portugal, no final do regime, tinha sido exposto às últimas tendências



DIRECTOR do CES e do Centro de Documentação 25 de Abril, Boaventura de Sousa Santos, considera “decisiva” a instalação no Colégio da Graça

e correntes dentro das ciências sociais em geral e da Sociologia em particular.

E foram essas tendências e correntes dentro das ciências sociais que trouxe ao CES?

Sobretudo, logo desde o início, uma certa perspectiva, uma certa tendência transdisciplinar. Porque nós estávamos num contexto – o final dos anos 60, princípio da década de 70 –, onde aconteceu uma grande crítica ao isolamento disciplinar das diferentes ciências e, portanto, se afirmou a necessidade de fazer mais trabalho interdisciplinar. A ideia foi que quando nós chegássemos aqui pudessemos ganhar tempo e criar um centro que, à partida, tinha sociólogos, economistas, juristas, médicos, teóricos literários e de estudos culturais. E foi com essa base

que nós criámos o CES, ainda que depois, mais tarde, fosse criado uma licenciatura disciplinar na área da Sociologia. Mas a vocação interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar dos CES afirmou-se desde o início, no sentido de fazermos do atraso um avanço. Como estávamos a nascer tarde na Europa, então que pudessemos beneficiar daquilo que se tinha feito entretanto, evitando os erros que se tinham cometido.

Foi isso que acabou por acontecer. De facto, 30 anos passados, o CES prima por esta afirmação da transdisciplinaridade?

Eu penso que esta é, de facto, uma das três grandes características dos CES e que nós fomos consolidando ao longo do tempo. A segunda, que também é interessante, foi o facto

de essa exposição ao estrangeiro nos ter feito dar conta de uma coisa, que aliás é fácil detectar na nossa sociedade: quando se lêem os estudos e as análises dos países mais desenvolvidos vê-se logo que não se aplicam a Portugal. Mas, por outro lado, também não se aplicam a Portugal os estudos e as análises dos países do terceiro mundo. Por exemplo, não tínhamos um Estado providência, um Estado de bem estar desenvolvido como tinham outros países da Europa. Portanto, a ideia foi desenvolver análises e teorias que se adequassem à sociedade portuguesa, aplicando aqui a ideia de semi-periferia, de sociedade de desenvolvimento intermédio, que não são nem periféricas, nem centrais, estão entre. E Portugal é exactamente uma sociedade entre, que aliás já o é há

muito tempo, já o é desde o século XVI.

E continua ainda nesta semi-periferia, neste estado intermédio?

Exactamente. Portugal era o centro do Império e, por outro lado, era uma colónia informal da Inglaterra. Particularmente durante algum tempo foi-o. E esta intermediação continua hoje. Vemos isso na nossa inserção na Europa, relativamente subordinada, ainda muito longe de nos aproximarmos da média europeia, aliás neste momento a afastarmo-nos dessa média. E isso, tendo levantado muitos problemas, foi o que nos permitiu produzir análises bem ancoradas na realidade da sociedade portuguesa. E penso que isso hoje tem uma importância no país que transcende o CES. As pessoas nem sabem



PROJECTO com mais de uma década, a instalação do Centro de Estudos Sociais e do Centro de Documentação 25 de Abril no Colégio da Graça, Rua da Sofia, foi agora reafirmado pela Universidade de Coimbra, que assume a intenção de levar o seu Pólo 0 à Baixa da cidade. A aguardar o desenvolvimento dos apoios necessários, a instalação dos dois organismos no Colégio da Graça marcará também, simbolicamente, o regresso da Universidade de Coimbra à sua primeira "casa" na cidade.

de onde vieram as teorias, mas foi daqui. E foi aqui que as definições e que depois as estudamos, numa série de áreas, da medicina ao trabalho, do trabalho à cultura, à posição colonial e pós-colonial de Portugal. Tudo isto foi criando um corpo teórico adequado à sociedade portuguesa.

Teorias que depois se foram concretizando, nomeadamente em alguns organismos de importância fundamental, como os diversos observatórios?

Sem dúvida. Essa é uma das nossas linhas, também a partir de uma ideia que num país como Portugal não podíamos dar-nos ao luxo de estar a produzir ciência social completamente isolada da sociedade. Estes são recursos caros, que custam caro ao país, portanto teríamos de os devolver à sociedade de alguma forma. Por exemplo, neste momento temos uma carteira de cursos de formação avançada para directores de organizações sindicais, de solidariedade social, empresariais, diplomáticas. A outra grande dimensão, obviamente, era acompanhar o desenvolvimento da sociedade através de observatórios, o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, o Observatório do Endividamento dos Consumidores, o Observatório dos Poderes Locais, o Observatório das Práticas de Participação, o Observatório do Risco, o Observatório da Diversidade Cultural e Religiosa da Europa do Sul e o Observatório sobre Género e Violência Armada. E este foi o grande veículo através do qual o CES se introduziu na sociedade portuguesa e mostrou a relevância dos nossos estudos. De entre todos, o Observatório Permanente da Justiça acabou por ter um relevo muito especial, exactamente pelo papel que teve nos últimos 20 anos, no sentido de fazer uma análise profunda da administração da justiça, do sistema judicial e de tudo o que circula à sua volta, com governos de diferentes orientações políticas, o que para nós é muito bom porque foi reconhecido o carácter sólido e sério da investigação feita no CES, numa área muito sensível politicamente, em que os operadores do sistema, magistrados nomeadamente, têm uma grande consciência do seu lugar na sociedade. E nós fazemos um trabalho muito próximo deles, com muitos pontos de análise, que continua diariamente.

Frutos desse trabalho desenvolvido nos observatórios, nomeadamente na área da justiça?
Bem, os frutos são muitos,

embora nem todos sejam visíveis. Muitas das reformas, as de melhor êxito, as de pior êxito, pelas quais o país tem passado, partiram daqui. Mas, como imagina, nós no CES fazemos estudos científicos e propomos soluções. As decisões pertencem à tutela política e, por isso, temos tido muitas vezes projectos em que propomos uma coisa que, ou não é realizada, ou acaba por ser outra. Por exemplo, fizemos aqui durante muito tempo várias propostas no sentido que a única maneira de garantir o acesso à justiça era ter uma advocacia pública, não

EU SEMPRE PENSEI QUE O PASSADO TEM FRAQUEZAS E FORÇAS, TEM O CLARO E O ESCURO, NÓS TEMOS É DE APROVEITAR O QUE O NOSSO PASSADO NOS PODE DAR, UMA VEZ QUE PORTUGAL FOI O PAÍS QUE TEVE MAIS CONTACTOS COM MAIS REGIÕES DO MUNDO, DURANTE MAIS TEMPO. E ISTO É NOTÁVEL E DEVE SER APROVEITADO, FAZENDO DESTE REGISTO HISTÓRICO TAMBÉM UMA OPORTUNIDADE.

era criar funcionários públicos, mas ter um sistema de advocacia pública. Essa ideia, que nunca passou em Portugal, acabou por passar no Brasil, com a chamada Defensoria Pública.

O que reflecte, aliás, outra grande marca do CES, a sua internacionalização.

Essa é a terceira grande linha do nosso trabalho, a internacionalização, as relações Norte-Sul. Nós fizemos uma coisa que é consolador ver reconhecida, mas que teve de andar muito tempo até que a classe política lá chegasse: por aquilo que li nos jornais, na apresentação da candidatura do professor Vital Moreira, aqui em Coimbra, o primeiro-ministro e ele próprio salientaram a importância de Portugal manter as relações com África, com o Brasil, porque essa é a grande porta de entrada para esses países, mas também a importância de Portugal na Europa decorre das relações privilegiadas que mantêm com esses países. Ora bem, nós começamos a defender esta ideia em 1978. E nessa altura, a viver-se a loucura da entrada na Europa, éramos atacados de ser terceiro-mundistas, porque o nosso passado era uma vergonha... Quando eu sempre pensei que o pas-

sado tem fraquezas e forças, tem o claro e o escuro, nós temos é de aproveitar o que o nosso passado nos pode dar, uma vez que Portugal foi o país que teve mais contactos com mais regiões do mundo, durante mais tempo. E isto é notável e deve ser aproveitado, fazendo deste registo histórico também uma oportunidade. Ora, neste momento, nós estamos numa situação de vantagem, porque ao longo destes últimos 30 anos estabelecemos laços muito importantes e que foram crescendo organicamente através de projectos no Brasil, em Ango-



la, em Moçambique, em Cabo Verde, mas também na Colômbia, na Índia, na África do Sul, que nos foram projectando para além do nosso país, uma vez que entendemos que Portugal tinha as condições para fazer essa intermediação. E esse acúmulo de relações, de gente que passou por aqui, que se sentiu acarinhada, tratada por igual, sem paternalismos colonialistas como por vezes sucede em Portugal, às vezes até um bocadinho racistas, ingénuos, mas de todo o modo ofensivos para quem os recebe, tudo isso foi-se traduzindo no facto de que os nossos colegas, nomeadamente os do Brasil e também os africanos, tomaram a iniciativa de criarem o CES América Latina e o CES África.

CES América Latina e CES África que são já uma realidade?

O CES América Latina está a funcionar em pleno, com sede na Universidade Federal de Minas Gerais, já está a negociar com o Ministério da Justiça o Observatório da Justiça brasileiro, depois de nós termos oferecido o apoio técnico do nosso observatório. Isto para nós foi uma grande vitória e foi, de facto, a nossa assessoria técnica que teve o efeito determi-

nante na escolha. O CES África, que irá ficar sediado em Maputo, está em constituição neste momento, para ter a colaboração de outros países, não apenas os PALOP, mas também a África do Sul, a Tanzânia, a Nigéria. Nós temos tecnologia forte na área das ciências sociais para transferir e transferir de uma maneira solidária, por exemplo na administração da justiça, nas interculturalidades, das políticas sociais, das políticas urbanas. Vamos ter uma reunião na última semana de Julho, que será um grande colóquio onde também

iremos fazer essa relação recíproca, trazendo para o contacto das ciências sociais outras figuras e outras visões. Este tem sido o caminho de internacionalização, sem fazer qualquer selectividade entre a América Latina, a África e a Europa. Nós achámos que era estúpido fazer esta contradição e que a mais-valia de Portugal são estes contactos.

E, nessa estratégia, a Europa é igualmente importante?

Sem dúvida. Daí que tenhamos orientado também a nossa actividade para a Europa. Aliás, se olhar para a lista dos nossos investigadores, verá que somos hoje claramente a instituição de ciências sociais mais internacional de toda a Europa. O CES tem ao seu serviço investigadores e cientistas sociais vindos dos mais diversos países – austríacos, ingleses, italianos, moçambicanos, espanhóis, brasileiros –, gente que chega ao nosso laboratório associado por concurso internacional, que viram que o CES tinha vantagens competitivas para eles, num conjunto de interesses e projectos que torna a actividade que aqui se desenrola febril.

O CES está de partida para os próximos 30 anos numa al-

Pólo 0 no Colégio da Graça

O "saber" ocupa de facto muito lugar. Daí a necessidade de o CES, mas também o Centro de Documentação 25 de Abril, conseguirem novas instalações. O Pólo 0 da UC no Colégio da Graça é, também simbolicamente, o regresso desse saber à Rua da Sofia?

Tem um valor simbólico notável e para a cidade terá uma importância decisiva, até para a sua promoção internacional. Porque nós vamos instalar na Baixa equipamentos de grande circulação internacional. Passam pelo CES centenas de pessoas, se contarmos com os nossos estudantes são milhares de pessoas que visitam as nossas instalações, a nossa biblioteca, mas que não se relacionam directamente com a cidade, porque acabam por viver por aqui, na zona da Alta universitária. E assim não têm oportunidade de viver a nossa Baixa, que é riquíssima e que devia ser completamente revalorizada e transformada no grande espaço público da cidade. E para isso pode contribuir muito o facto de se trazerem para a Baixa pessoas que não têm horários de escritório, que fazem a sua vida pela noite dentro.

Esta é então uma boa solução para a universidade mas também para a cidade?

Sem dúvida. Eu nasci em Coimbra e vivi intensamente esta rivalidade histórica mas estúpida entre a universidade e o resto da cidade. Sendo coisas do passado, ficou na memória uma certa separação e até hostilidade. Aliás, a colaboração entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Universidade de Coimbra ainda é hoje problemática, por mais afirmações contrárias que se façam lado a lado. A hostilidade está lá, até porque não se vê a concretização de muitas coisas que deviam ter lugar.

Este projecto contribuirá para essa aproximação?

O projecto será importante. Trata-se de um projecto de grande nível no centro da cidade, que irá dinamizar toda aquela zona. No caso do CES, é sobretudo o pessoal científico que irá deslocar-se para lá, no caso do Centro de Documentação (CD) 25 de Abril é ainda um valor simbólico - estamos quase a assinalar mais um aniversário do 25 de Abril -, uma vez que temos um parque de exposições extraordinário, temos um acervo importantíssimo, mas não temos um lugar de exposição. Na Rua Augusta ocupamos dois ou três andares com muito material - porque, felizmente, a Universidade de Coimbra e o CD 25 de Abril têm um grande prestígio a nível nacional e internacional, acolhendo com isenção e com seriedade técnica toda a documentação e arquivos privados que nos são confiados -, mas não temos condição nem de o acomodar condignamente, nem de o mostrar. Imagino que o espaço de rés-do-chão [no Colégio da Graça] possa vir a ser um local permanente de exposição, em que as pessoas que passem, entrem, bebam um café, vejam uma exposição.

Que possa ser esse tal espaço público?

Exacto. Que possa ficar aberto, mesmo durante a noite. E isso é que alimenta cafés e restaurantes, como acontece noutras cidades europeias, de forma tranquila. No que respeita à necessidade, bem, basta fazer uma visita ao CES, abrir cada uma das portas e ver quantas pessoas estão em cada gabinete. São portugueses e estrangeiros, doutorados dos mais diversos países que aceitam estar aqui, que gostam de estar aqui, que trabalham com equipamento de primeiro mundo, mas que partilham o espaço com outros três ou quatro colegas. A única sala individual que há neste edifício é esta, a do director, mais nenhuma. O Observatório Permanente da Justiça trabalha em duas salas, com 10 pessoas, a Biblioteca do CES, que é hoje uma biblioteca de referência na área das relações Norte-Sul, porque nós apostamos nisso desde o início, está instalada num espaço exiguo. Portanto, são absolutamente necessárias novas instalações.

E ter as duas instituições juntas no Colégio da Graça?

A ideia de juntar as duas pode, contingentemente, facilitar o contacto por partilharem o director, mas, de facto, ela decorre de um protocolo entre o CES e o CD 25 de Abril, uma vez que o CES faz a investigação e o CD 25 de Abril tem a documentação para ser investigada. Importa também potenciar esta cinergia, o que irá levar a um maior interesse pela investigação do 25 de Abril, que até agora tem acontecido mais com estudantes e investigadores estrangeiros.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

“Portugal tem de aproveitar o seu passado histórico”

› PÁGINAS 2 e 3

